

KEYNES, John Maynard. *The end of laissez-faire*. Londres: Hogarth, 1926.

\_\_\_\_\_. *The general theory of employment, interest and money*. Nova York: Harcourt, Brace and World, 1936.

\_\_\_\_\_. *A treatise on money*. Londres: Macmillan, 1930. 2v.

LEIJONHUFVUD, Axel. *On Keynesian economics and the economics of Keynes*. Nova York: Oxford University Press, 1968.

SHAW, G. K. (ed.). *Schools of thought in economics: the Keynesian heritage*. Brookfield, VT: Edward Elgar, 1968.

SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes: hopes betrayed, 1883-1920*. Nova York: Viking, 1986.

\_\_\_\_\_. *John Maynard Keynes: the economist as savior, 1920-1937*. Nova York: Viking, 1993.

### Artigos em revistas especializadas

HANSEN, Bent. Unemployment, Keynes, and the Stockholm school. *History of Political Economy*, n. 13, p. 256-277, verão de 1981.

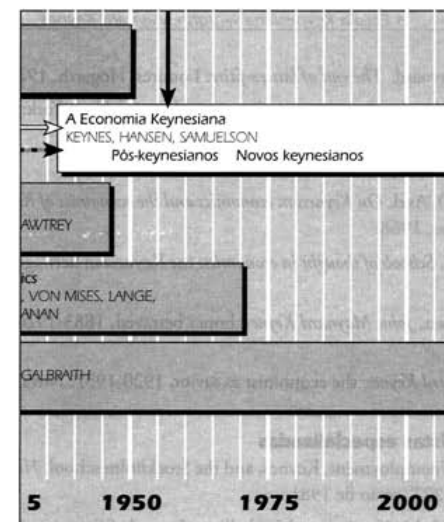
JENSEN, Hans E. J. M. Keynes as a Marshallian. *Journal of Economic Issues*, n. 17, p. 67-94, março de 1983.

KEYNES, John Maynard. The general theory of employment. *Quarterly Journal of Economics*, n. 51, p. 209-223, fevereiro de 1937.

LERNER, Abba. [From *A treatise on money* to *The general theory*.] *Journal of Economic Literature*, n. 12, p. 38-43, março de 1974.

SALANT, Walter S. Keynes and the modern world: a review article. *Journal of Economic Literature*, n. 23, p. 1176-1185, setembro de 1985.

TOBIN, James. How dead is Keynes? *Economic Inquiry*, n. 15, p. 459-468, outubro de 1977.



## CAPÍTULO 22

### A ESCOLA KEYNESIANA – DESENVOLVIMENTOS DESDE KEYNES

Diversos economistas importantes ajudaram com suas versões da abordagem de Keynes para a economia na transformação da tendência atual da teoria da macroeconomia. Entre os mais proeminentes estavam Alvin Hansen e Paul Samuelson<sup>1</sup>. As duas primeiras seções deste capítulo abrangem as idéias de Hansen e de Samuelson. A terceira seção mostra as idéias dos “economistas pós-keynesianos”, que defendiam que a *síntese neoclássica contemporânea* (síntese entre a macroeconomia keynesiana e a microeconomia neoclássica) não apenas apresenta falhas graves, mas também é incompatível com as próprias idéias de Keynes. Finalmente, discutimos as idéias dos economistas “novos keynesianos” contemporâneos.

1. Vários outros economistas ajudaram a desenvolver a economia keynesiana, mas as limitações de espaço impedem a discussão de suas idéias. Quatro desses economistas ganharam o Prêmio Nobel por seus esforços. São eles: James Tobin, Lawrence Klein, Franco Modigliani e Robert Solow. Outros importantes colaboradores americanos à escola keynesiana inicial incluem James Duesenberry, Arthur Okun e Walter Heller.

## ALVIN H. HANSEN

Alvin H. Hansen (1887-1975) nasceu em Viborg, Dakota do Sul, onde passou os primeiros anos de sua vida escolar em uma casa-escola com uma única sala de aula. Coursou o ensino médio na Sioux Falls Academy e, em seguida, matriculou-se no Yankton College, onde se formou em 1910. Recebeu seu Ph.D. na Universidade de Wisconsin, em 1918, e de lá foi lecionar na Brown University e na Universidade de Minnesota. Em Minnesota, publicou *Business cycle theory* (1972), um livro que lhe concedeu reputação como um dos principais estudiosos da macroeconomia.

Em 1937, um ano após a publicação de *The general theory* de Keynes, Hansen entrou para Universidade de Harvard. Anteriormente, ele apontara um erro no *Treatise on money* de Keynes, e sua reação inicial a *The general theory* foi menos entusiasmada. Estudando profundamente o sistema de idéias de Keynes, Hansen logo mudou de opinião. Por vários anos, ele e seus alunos de Harvard tornaram a obra de Keynes e suas implicações políticas a ênfase central do Fiscal Policy Seminar (Seminário sobre Política Fiscal). Muitos daqueles que assistiram a esse seminário tornaram-se mais tarde importantes colaboradores da economia e da política pública. Segundo Richard Musgrave, um dos que participaram do seminário:

O seminário causou um grande impacto sobre o futuro desenvolvimento da macroeconomia e da política pública dos Estados Unidos. Os novos critérios da ciência econômica e a situação da economia decadente combinaram-se para dar um sentido de importância a esse empreendimento. As novas ferramentas estavam à mão e, se utilizadas de forma correta, proporcionariam uma solução ao grande problema do desemprego<sup>2</sup>.

Além de Musgrave, os alunos de Hansen incluíam importantes economistas, como Evsey Domar, John Dunlop, Walter Salant, Paul Samuelson, Paul Sweezy, James Tobin e Henry Wallich.

Em 1941, Hansen publicou *Fiscal policy and business cycles*, que apoiava a análise de Keynes sobre os problemas da macroeconomia na década de 30 e endossava as políticas ativas e contínuas do governo para estabilizar a economia. Hansen, notado por sua sempre presente viseira verde, por várias vezes testemunhara, perante os comitês do Congresso, suas opiniões políticas e os princípios keynesianos. Devido à sua forte defesa da intervenção do governo para promover o nível de emprego, as pessoas o chamavam de “o Keynes americano”. Mas, segundo Paul Samuelson:

Hansen foi muito mais que o Keynes americano, sendo um importante criador por seus próprios méritos. (...) Quando um estudante utiliza hoje a conhecida fórmula  $C + I + G$  da determinação de renda, está simplesmente aplicando uma versão diluída daquilo que Hansen estava criando no final da década de 30 e o que alguns de nós em seu círculo formalizamos e condicionamos para uso educacional<sup>3</sup>.

2. Richard A. Musgrave. Caring for the real problems. *Quarterly Journal of Economics*, n. 90, p. 5, fevereiro 1976. Para obter mais informações a respeito do Seminário sobre Política Fiscal de Hansen, consulte Walter S. Salant. Alvin Hansen and the Fiscal Policy Seminar. *Quarterly Journal of Economics*, n. 90, p. 14-23, fevereiro 1976.

3. Paul A. Samuelson. Alvin Hansen as a creative economic theorist. *Quarterly Journal of Economics*, n. 90, p. 25, 31, fevereiro de 1976.

A influência de Hansen foi internacional. Dez de seus livros foram publicados em um ou mais idiomas, totalizando 29 traduções<sup>4</sup>. Um deles, *A guide to Keynes*, tornou-se conhecido por milhares de estudantes universitários que o utilizaram em sua batalha para compreender as seções mais obscuras de *The general theory* de Keynes.

## A síntese Hicks-Hansen

Um ano após a publicação de *The general theory*, John R. Hicks (Capítulo 18) publicou um importante artigo: Mr. Keynes and the classics: A suggested interpretation. Hicks afirmou que a teoria de Keynes sobre a taxa de juros — e, conseqüentemente, sua teoria sobre o equilíbrio da renda — era indeterminada. Se consultarmos novamente a Figura 21-3, no capítulo anterior, lembraremos que Keynes considerava a taxa de juros como sendo determinada pela preferência pela liquidez (a demanda por moeda) e a oferta de moeda. Quando a taxa de juros do mercado é determinada, o nível de investimento torna-se conhecido (Figura 21-2). Juntamente com os gastos de consumo, o investimento determina os gastos agregados e, portanto, o nível da renda nacional e a produção doméstica. Mas, Hicks observou corretamente que a preferência pela liquidez de Keynes depende do nível da renda nacional. A níveis de renda mais altos, as pessoas desejam guardar mais dinheiro para comprar o maior volume de bens e serviços disponível; elas têm uma maior demanda por moeda. O nível de renda, então, depende da taxa de juros (por meio de investimentos), mas a taxa de juros depende do nível de renda (por meio de preferência por liquidez)!

Hicks sugeriu uma maneira de resolver essa indeterminação e, fazendo isso, desenvolveu um modelo econômico unificado que sintetizou as perspectivas keynesiana e neoclássica. Hansen aperfeiçoou o artigo de Hicks em sua *Monetary theory and fiscal policy* (1949) e no Capítulo 7 de *A guide to Keynes*. Hoje, referimo-nos à síntese Hicks-Hansen como o modelo *IS-LM*. *IS* simboliza a igualdade entre investimento (*I*) e poupança (*S*) depois de feitos os ajustes do multiplicador; *LM* representa a igualdade entre a demanda por moeda (*L*) e a oferta de moeda (*M*). Todos os valores no modelo *IS-LM* são em termos reais, não nominais.

**A curva IS.** A curva *IS* representa todas as combinações de taxas de juros e níveis de renda em que os investimentos planejados se igualam às poupanças planejadas. Se definida de outra forma, a curva representa pontos possíveis de equilíbrio no mercado de bens (diferente de mercado monetário). A curva *IS* está representada na Figura 22-1. Para demonstrar a derivação, começaremos com o gráfico (a) da figura e continuaremos em sentido horário para (b), (c) e (d). O gráfico (a) mostra a curva da demanda de investimento de uma economia hipotética, indicando a relação inversa entre a taxa de juros (*i*) e o total de despesas de investimento (*I*). Lembre-se de que a localização dessa curva depende da eficiência marginal do capital. Imagine que a taxa de juros seja  $i_1$ . Então, como vemos em  $A_1$ , na curva, o nível de investimento será  $I_1$ . No gráfico (b), que se encontra diretamente acima da curva da demanda de investimento, a linha de 45° nos permite medir os gastos com investimento horizontal e verticalmente. Estendendo a linha para cima de  $A_1$  no gráfico (a) para o ponto  $B_1$  na linha de 45° em (b), transferimos o  $I_1$  de investimento dos eixos horizontais do gráfico (a) para os eixos verticais em (b).

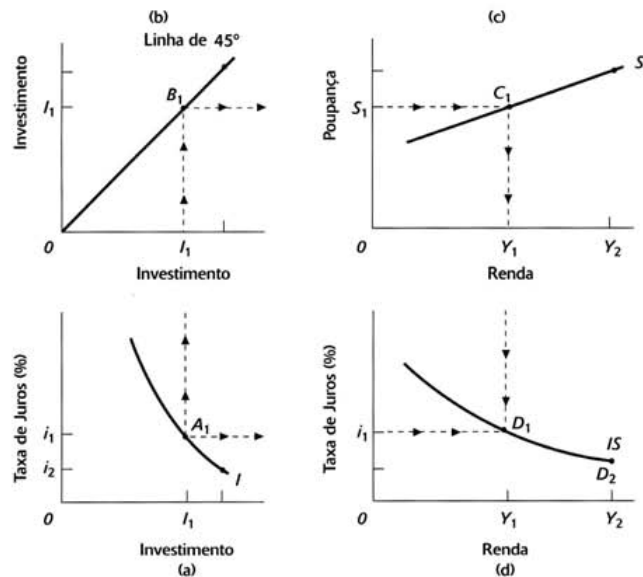


Figura 22-1 Derivação da curva IS

A curva IS (d) mostra todas as combinações de taxas de juros e renda em que a poupança se iguala aos investimentos. Ela é derivada da função da demanda de investimento (a), de uma linha de 45° (b) e da função de poupança (c).

O gráfico (c) mostra a função de poupança de Keynes. À medida que ( $Y$ ) aumenta, o nível de poupança ( $S$ ) aumenta em uma fração. Essa fração é a inclinação da função de poupança e representa a propensão marginal a poupar de Keynes. Um possível nível de equilíbrio de renda ocorrerá em  $C_1$  na função de poupança, porque nesse ponto  $I_1$  de investimento é equivalente a um total de poupança  $S_1$ . Descendo uma linha vertical para baixo do ponto  $C_1$  da função de poupança até o eixo horizontal do gráfico (c), descobrimos que a renda é  $Y_1$ . Estendendo a linha para baixo, em direção ao gráfico (d), estabelecemos o ponto  $D_1$ . A uma taxa de juros de  $i_1$ , o nível de renda consistente com o equilíbrio nos mercados de bens é  $Y_1$ . Selecionando outras taxas de juros no gráfico (a) e seguindo o mesmo procedimento, são identificadas outras combinações de taxas de juros e renda em que o investimento igual à poupança será determinado. A uma taxa de juros de  $i_2$ , por exemplo, os investimentos e a renda são maiores que em  $I_1$ . Nosso procedimento, portanto, estabelece o ponto  $D_2$  no gráfico (d). Ligando todos os pontos, como  $D_1$  e  $D_2$ , teremos a curva IS. Nenhum nível de renda é determinado nesse caso. Dependendo da taxa de juros, a renda pode estar a qualquer nível representado pela curva IS.

**A curva LM.** A curva LM (Figura 22-2) mostra possíveis pontos de equilíbrio no mercado monetário; ela indica todas as combinações entre taxas de juros e níveis de renda em que a moeda ofertada e a moeda demandada são iguais. A técnica geral para a derivação dessa curva é semelhante àquela utilizada para a curva IS. Começamos com o gráfico (a), que mostra a taxa de juros ( $i$ ) para o total de moeda que as pessoas querem guardar para fins especulativos ( $L_e$ ). É esse elemento da demanda total por moeda que dá à curva de preferência pela liquidez de Keynes sua inclinação decrescente. Com taxas de juros baixas, as pessoas manterão maior volume de moeda em caixa para fins especulativos e poucos títulos, porque o aumento esperado na taxa de juros fará com o que preço dos títulos caia. Esse aumento criaria perda de capital para aqueles que mantêm os títulos. Por outro lado, com altas taxas de juros, as pessoas economizarão ao manter seus saldos de caixa, porque o custo de oportunidade é considerado muito grande. Seleccionamos uma taxa de juros específica, por exemplo  $i_1$  no gráfico (a), e observamos que as pessoas desejam manter  $L_{e1}$  para fins especulativos.

O gráfico (b) mostra a oferta total de moeda. Os aumentos na oferta de moeda seriam mostrados como movimentos paralelos da linha. No equilíbrio, a quantidade de moeda oferecida ( $M$ ) deve ser igual ao total de moeda demandada ( $L$ ). A demanda por moeda consiste na moeda desejada para fins especulativos ( $L_e$ ), que nesse caso determinamos como  $L_{e1}$ , e no total que as pessoas desejam para comprar bens e serviços ( $L_t$ ). Estendendo uma linha para cima, de

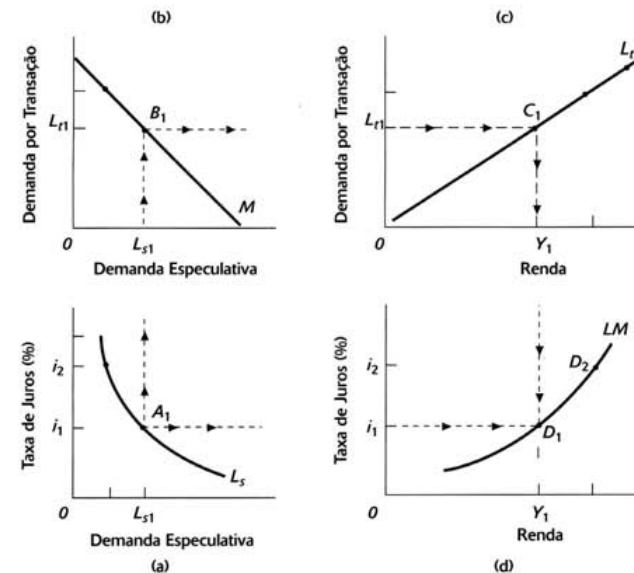


Figura 22-2 Derivação da curva LM

A curva LM (d) mostra todas as combinações de taxas de juros e renda em que a demanda por moeda se iguala à oferta de moeda. Ela é derivada da demanda especulativa por moeda (a), da oferta de moeda (b) e da demanda por transação de moeda (c).

$A_1$  a  $B_1$ , observamos que o total de moeda necessária para fins de transação é  $L_{n1}$  ( $M$  menos  $L_{n1}$ ). Esses saldos de transação suportarão a renda nacional de  $Y_1$ , como mostrado por  $C_1$  no gráfico (c). Em seguida, descemos uma linha vertical de  $C_1$  e estendemos uma linha horizontal a partir de  $A_1$  para obter o ponto  $D_1$  no gráfico (d). Esse ponto — assim como ocorre para todos os pontos da curva  $LM$  — representa o equilíbrio potencial entre oferta e demanda no mercado monetário. Se a taxa de juros for  $i_1$ , o nível de renda nacional necessário para o equilíbrio no mercado monetário será  $Y_1$ . Outros pontos, como  $D_2$ , são similarmente derivados, e o lugar geométrico desses pontos constitui a curva  $LM$ .

**O equilíbrio IS-LM.** A Figura 22-3 combina as curvas  $IS$  e  $LM$ . A taxa de juros de equilíbrio e o nível de renda são  $i_0$  e  $Y_0$ . Esses são os únicos níveis em que o mercado de bens e o mercado monetário ficam simultaneamente em equilíbrio; são os únicos níveis em que  $S = I$  e  $L = M$ .

Hansen e outros demonstraram que é fácil adicionar gastos e taxações do governo ao modelo  $IS-LM$  e usá-lo para analisar os efeitos de políticas fiscais e monetárias alternativas à taxa de juros e à renda. Os gastos do governo são adicionados ao nível de gastos com investimentos, e as taxas são adicionadas ao nível de poupança. O modelo produz várias conclusões interessantes, mas listamos apenas duas delas aqui.

**A política fiscal desloca a curva  $IS$ .** Isso ocorre porque as mudanças nas despesas alteram o nível de receita a cada taxa de juros. Por exemplo, um aumento nas despesas do governo desloca a curva  $IS$  para a direita, provocando um aumento na taxa de juros e no nível de renda<sup>5</sup>. No entanto, o tamanho do multiplicador será menor no caso simples de Keynes, porque o aumento na renda elevará o total de moeda necessária para as transações. Isso se traduz em um aumento na demanda por moeda e uma taxa de juros mais alta, que não impede uma parte do gasto com investimento que de outra forma teria ocorrido. A eficiência da política fiscal dependerá da elasticidade da curva  $LM$ . Se ela for altamente elástica, um deslocamento da curva  $IS$  para a direita elevará a renda sem provocar um aumento substancial na taxa de juros.

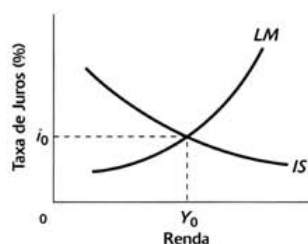


Figura 22-3 Equilíbrio entre juros e renda

O equilíbrio entre a taxa de juros e o nível de renda é determinado onde ocorre a interseção das curvas  $IS$  e  $LM$ . Essa é a única combinação entre juros e renda em que há um equilíbrio tanto no mercado de bens quanto no mercado monetário.

5. Um aumento nos gastos do governo pode ser mostrado, desenhando-se uma linha paralela acima da linha de 45° da Figura 22-1(b), com a distância vertical entre a nova linha e a linha de 45° sendo o nível de gastos do governo.

**A política monetária desloca a curva  $LM$ .** Por exemplo, um aumento na oferta de moeda, mostrado como um deslocamento para fora de  $M$  no gráfico (b) da Figura 22-2, deslocará a curva  $LM$  da Figura 22-3 para a direita. A eficiência do aumento na oferta de moeda no aumento da renda dependerá (1) da extensão da queda da taxa de juros e (2) da elasticidade da demanda por investimento. Se a demanda por investimento é altamente elástica, a curva  $IS$  também tenderá a ser elástica, e uma queda na taxa de juros causará pouco efeito sobre os investimentos e a renda.

### Tese sobre estagnação

Hansen compartilhou da preocupação de Keynes de que os gastos do governo seriam cada vez mais inadequados para que a economia atingisse todo o seu potencial. Em *Full recovery or stagnation?* (1938), ele argumentou que a capacidade produtiva da economia aumenta quando se adiciona capital e com o uso de tecnologia mais avançada. Para que a renda e a produção aumentem no mesmo ritmo, novos gastos com investimentos devem ocorrer; caso contrário, a poupança planejada — que é uma função da renda — excederá o investimento planejado, fazendo com que o nível de produção real da economia caia a um nível abaixo do seu potencial. De acordo com Hansen, era improvável que os gastos com investimento se expandissem suficientemente de um ano para o outro ao longo de décadas para manter a economia completamente ativa e crescendo a um nível saudável. O crescimento da população, aparentemente, não mantinha mais o nível anterior, o ritmo de estabelecimento de novas áreas tinha diminuído consideravelmente, o avanço tecnológico ocorria com grande vigor e novos grandes mercados, como os das estradas de ferro e dos automóveis, não apareciam em cena. Consequentemente, quantias cada vez maiores de investimento pareciam menos prováveis.

No entanto, é importante reconhecer que Hansen não era um pessimista como Malthus. Hansen acreditava que o governo poderia superar a tendência de estagnação secular através de *finanças compensatórias*. Em outras palavras, aumentando suas despesas, o governo poderia compensar a inadequação de investimentos e preencher o espaço entre a demanda do setor privado e a produção em potencial (renda).

A preocupação de Hansen acerca da estagnação secular, assim como a de Keynes, parece ter sido infundada. Os Estados Unidos passaram por um forte crescimento econômico nas décadas que se seguiram à expressão dessa tese. Em defesa de Hansen, podemos observar que os gastos do governo *aumentaram* como uma porcentagem do PIB durante essas décadas. Se a taxa de crescimento do PIB seria tão alta sem esse crescimento relativo da demanda é assunto de muita discussão.

## 22-1

### PAUL A. SAMUELSON

Quando, em 1970, Paul A. Samuelson (1915-) foi anunciado como o primeiro economista americano a receber o Prêmio Nobel, poucos ficaram surpresos com a escolha. Ele é um dos mais conhecidos economistas americanos, tanto por seus companheiros de profissão quanto pelo público em geral. Não apenas ele é reconhecido por inúmeros profissionais na área, mas também seu livro, *Economics*, é conhecido por milhões de estudantes das faculdades de economia.

Samuelson nasceu em Chicago, filho de imigrantes poloneses. Seu pai era farmacêutico. Após se formar em administração na Universidade de Chicago, Samuelson matriculou-se no

## 22-1 ... O Passado como Preâmbulo

## ABBA LERNER E O “VOLANTE KEYNESIANO”

Imediatamente após Keynes ter publicado *The general theory*, em 1936, Abba P. Lerner (1903-1982), então na London School of Economics, reconheceu sua importância e, a partir daí, voltou sua atenção à exploração e à ampliação da macroeconomia keynesiana. Ele saiu de Londres para os Estados Unidos em 1939 e publicou vários artigos e livros enquanto passava de uma universidade para outra, incluindo Colúmbia, Michigan State e a Universidade de Califórnia-Berkeley.

Lerner dizia que a economia é como um automóvel sem volante, descendo por uma estrada ampla com um meio-fio em cada lado. O carro bateria no meio-fio e, então, mudaria para o lado oposto da estrada, onde atingiria o outro meio-fio, que, por sua vez, mandaria o carro novamente para o outro lado. Para evitar os ciclos econômicos — isto é, para manter a economia em um curso mais estável — a sociedade precisa equipar o carro com um volante. Em *The economics of control* (1944) e *The economics of employment* (1951), Lerner estabeleceu os instrumentos fiscais e monetários básicos para controlar a economia durante os períodos extremos de depressão e inflação de demanda. De acordo com Lerner, o governo deveria seguir três leis de finanças funcionais<sup>a</sup>.

• *Ajustar os gastos do governo e a taxa de modo que a demanda agregada na economia fosse suficiente apenas para comprar o nível de emprego da produção a preços correntes.* A obediência a essa lei garante o emprego e a estabilidade dos preços. Como o objetivo é equilibrar a economia, e não o orçamento, o governo não precisa se preocupar se essa política produz déficits ou excedentes. Os impostos nunca deveriam ser cobrados, pelo simples motivo de que os gastos do governo excedem as receitas com impostos, ou reduzidos, porque as receitas com impostos excedem os gastos do governo.

a. Como resumido por Tibor Scitovsky, Lerner's contributions to economics. *Journal of Economic Literature*, n. 22, p. 1559-1560, dezembro de 1984.

• *Fazer empréstimos ou pagar a dívida nacional somente se for desejável alterar a taxa de juros.* Pegar dinheiro do público reduz a oferta de moeda, enquanto pagar a dívida nacional — comprando obrigações do Tesouro — a aumenta. Essas ações deveriam ser tomadas somente quando fosse necessário alterar a taxa de juros e influenciar os investimentos privados e os gastos de crédito dos consumidores. Imprimir moeda pode superar os déficits dos orçamentos financeiros destinados a combater os gastos privados inadequados. Os excedentes orçamentários criados pelas políticas fiscais e destinados a reduzir a inflação deveriam ser mantidos pelo governo, em vez de utilizados para reembolsar a dívida.

• *Colocar em circulação ou tirar de circulação o total de moeda necessário para acomodar as políticas assumidas a fim de adotar as duas primeiras leis.* Simplificando, o governo deve usar a política monetária de forma coordenada com a política fiscal a fim de atingir suas metas macroeconômicas.

As leis de Lerner para as finanças funcionais foram além das políticas defendidas por Keynes em *The general theory*. De fato, Keynes inicialmente opunha-se a algumas partes da linha de raciocínio de Lerner. Sobre isso, Lerner escreveu:

Em uma palestra na Federal Reserve, em Washington, em 1944, [Keynes] demonstrou preocupação com o fato de que haveria “excesso de poupança” após a guerra. Quando demonstrei que o governo [aumentando seus gastos ou reduzindo os impostos] poderia sempre provocar gastos suficientes, incorrendo em déficits para aumentar a renda, ele, inicialmente, alegou que isso causaria apenas “mais poupança” e, depois, considerou uma “bobagem” a minha sugestão de que os déficits necessários para provocar os gastos suficientes poderiam ser sempre financiados aumentando-se a dívida nacional. (Devo acrescentar aqui que Evsey Domar, ao meu lado, sussurrou: “Ele deve ler *The general*

*theory*” e que um mês depois Keynes retirou sua denúncia<sup>a</sup>.)

Segundo a afirmação de Colander, “o que, eventualmente, tornou-se conhecido como as polí-

ticas keynesianas nos livros escolares foram, em muitos casos, as interpretações de Lerner sobre as políticas de Keynes. (...)”<sup>b</sup>

b. LERNER, Abba. Keynesianism: Alive, if not so well. *Fiscal responsibilities in a constitutional democracy*. Ed. James Buchanan e Richard Wagner. Boston: Martinus Nijhoff, 1978. p. 67.

c. COLANDER, David C. Was Keynes a Keynesian or a Lernerian? *Journal of Economic Literature*, n. 22, p. 1573, dezembro de 1984.

Em Harvard, Samuelson acompanhou o início da revolução keynesiana; Alvin Hansen foi um de seus professores. Já considerado um brilhante aluno em matemática, Samuelson decidiu aplicá-la à teoria econômica, descrita a ele como “um estábulo augiano cheio de contradições, sobreposições e falácias herdadas”. O resultado de seus primeiros esforços foi sua tese de doutorado, *The foundations of economic analysis*, publicada como livro em 1947. Nesse trabalho, que lhe granjeou aclamação acadêmica, ele utilizou a matemática para estabelecer e comprovar as principais proposições na economia.

Após receber seu doutorado, Samuelson começou a procurar uma universidade onde pudesse lecionar e continuar sua pesquisa. Surpreendendo a todos aqueles que conheciam o jovem estudante, Harvard não lhe ofereceu um cargo, embora ele tivesse publicado 11 artigos enquanto ainda estudava. Sem desanimar, Samuelson assumiu um cargo no vizinho Massachusetts Institute of Technology. O MIT sempre tivera uma grande reputação pela excelência científica e engenharia, mas não tinha reputação paralela em economia. Samuelson logo mudou isso!

Em 1948, Samuelson publicou seu primeiro texto introdutório econômico, *Economics*, que provou ser tão inovador no ensino da micro e da macroeconomia elementar quanto *Foundations* havia sido ao formular as proposições da teoria econômica. Desde sua primeira impressão (uma versão em co-autoria estava em sua 16ª edição em 1998), milhões de estudantes em todo o mundo têm aprendido os princípios da economia com ele. Embora não seja mais o principal livro na área, todos os outros que o superaram em popularidade ainda aplicam a ordem básica de apresentação estabelecida pela primeira vez por Samuelson.

Samuelson tem publicado inúmeros artigos nas mais prestigiosas revistas especializadas em economia. Muitos desses artigos são altamente matemáticos e muitos interessam principalmente aos especialistas da área. Samuelson não é um empirista; na realidade, ele se diz um generalista interessado em expandir a teoria em vez de testá-la.

É difícil enquadrar Samuelson em uma escola econômica específica. Ele poderia simplesmente ter sido inserido no capítulo sobre economia matemática ou naquele sobre economia do bem-estar. Seus artigos abrangem diversos tópicos como, por exemplo, comportamento do consumidor, programação linear, capital e crescimento, metodologia econômica, história de teoria econômica, economia do bem-estar, teoria das despesas públicas, determinação da renda nacional e políticas fiscal e monetária. Seus artigos reunidos foram reimpressos em cinco grandes volumes.



### A interação multiplicador-acelerador

Em 1939, Samuelson publicou dois estudos em que identificava e explorava a interação entre os princípios do multiplicador e acelerador. Essa interação tornou-se um dos fundamentos da teoria moderna do ciclo econômico. Nenhuma das idéias isoladas era nova. Vimos no capítulo anterior que Kahn desenvolveu a noção de multiplicador e que Keynes a utilizou como uma característica central de sua teoria. John Maurice Clark (1884-1963), filho de John Bates Clark, discutiu o *princípio da aceleração* no começo do ano de 1917<sup>6</sup>. Ele argumentou que as instabilidades na produção e nos preços de bens de capital são muito maiores do que aquelas para os bens de consumo que elas produzissem. Mesmo que a demanda por bens de consumo continue a crescer, uma alteração no nível de crescimento retornará com força ou aceleração ao setor de bens de capital. Uma interrupção no crescimento da demanda por bens finais leva, assim, a uma diminuição da demanda por bens de capital.

Hansen tinha consciência de que havia uma interação entre os dois princípios e sugeriu a Samuelson que ele utilizasse sua habilidade matemática para explorar a idéia. Utilizando equações de diferença, Samuelson demonstrou que as mudanças na renda (consumo) dependerão do tamanho da propensão marginal a consumir e do tamanho do coeficiente acelerador. O primeiro determina o multiplicador, e o último representa a mudança nos gastos com investimentos introduzida por uma alteração no nível de crescimento da renda. Samuelson mostrou que, dependendo dos valores do multiplicador e do acelerador e se um aumento dos investimentos é contínuo ou não, um aumento autônomo inicial nos investimentos poderia produzir uma grande variedade de resultados, desde um aumento não-duradouro na renda, até um nível de renda cada vez maior.

### A álgebra simples da determinação de renda

Grande parte da álgebra da determinação de renda encontrada nos manuais de macroeconomia originou-se com Samuelson (lembre-se de que o diagrama cruzado de Keynes também foi uma invenção de Samuelson).

A fim de ilustrar a essência da abordagem de Samuelson, vamos começar com a identidade básica keynesiana:

$$Y = C + I + G + X - M \quad (22-1)$$

em que  $Y$  representa a renda,  $C$  o consumo,  $I$  os investimentos,  $G$  os gastos do governo,  $X$  a exportação e  $M$  a importação.

Os gastos com consumo, as receitas dos impostos, os gastos com investimentos (causados pelo princípio de aceleração) e as importações, tudo isso aumenta à medida que a renda cresce. As razões de seu aumento no crescimento da renda são a propensão marginal a consumir, a propensão marginal à taxação, a propensão marginal a investir e a propensão marginal a importar. As despesas do governo e o nível de exportação, por outro lado, são considerados *autônomos* — isto é, são determinados independentemente do nível de renda.

6. John M. Clark. Business acceleration and the law of demand. *Journal of Political Economy*, n. 25, p. 217-235, março de 1917.

Pode-se formular uma equação para cada uma das variáveis independentes na identidade. A equação mais complexa é aquela relacionada a  $C$ , que derivamos da seguinte maneira:

$$C = a + bY \quad (22-2)$$

$$C = a + b(Y - T) \text{ ou} \quad (22-3)$$

$$C = a + bY - bT \quad (22-4)$$

$$T = T_0 + tY \quad (22-5)$$

$$C = a + bY - b(T_0 + tY) \text{ ou} \quad (22-6)$$

$$C = a + bY - bT_0 - btY \quad (22-7)$$

A Equação 22-2 é a função do consumo, em que  $a$  representa o total de gastos com consumo, que independe do nível de renda, e  $b$  é a propensão marginal a consumir. O consumo total antes da taxa,  $C$ , é igual ao nível autônomo de consumo mais o consumo relacionado ao nível de renda. O último é encontrado multiplicando-se  $Y$  pela propensão marginal a consumir ( $b$ ). Mas, conforme demonstrado na Equação 22-3, a renda e, portanto, o consumo serão diminuídos pelos impostos ( $T$ ). Na Equação 22-5, vemos que os impostos incluem aqueles que precisamos pagar independentemente do nível da renda ( $T_0$ ) e aqueles que aumentam à medida que a renda cresce ( $tY$ ). A propensão marginal à taxação é  $t$ . Substituindo a Equação 22-5 na 22-4, obtemos a Equação 22-6. Fazendo a multiplicação na Equação 22-6 obtemos a Equação 22-7.

As outras equações necessárias para se formular uma equação de determinação de renda são as seguintes:

$$I = I_0 + zY \quad (22-8)$$

em que  $I_0$  representa os investimentos que são independentes da renda e  $z$  representa a propensão marginal a investir. O termo  $z$  mostra a alteração de investimento que ocorre quando a renda cresce. Essa é a noção de aceleração. Outras equações são:

$$G = G_0 \quad (22-9)$$

$$X = X_0 \quad (22-10)$$

$$M = M_0 + mY \quad (22-11)$$

em que  $G_0$ ,  $X_0$  e  $M_0$  são níveis autônomos de gastos do governo, gastos com exportação e gastos com importação, respectivamente, e  $m$  é a propensão marginal a importar. Observe que os gastos totais com importação dependem do nível da renda.

Substituindo cada equação na identidade básica (22-1) e, depois, manipulando os termos, podemos derivar a seguinte equação de determinação de renda:

$$Y = \frac{1}{s + bt + m - z} (a - bT_0 + I_0 + G_0 + X_0 - M_0) \quad (22-12)$$

Essa equação não é tão complexa como parece à primeira vista. A renda total depende dos gastos agregados, que, por sua vez, consistem em duas partes: aquela que não depende do nível de renda e aquela que depende. Os gastos autônomos são capturados pelos termos que estão entre parênteses. Os dois termos negativos simplesmente subtraem itens (gastos com impostos e importações) que não contribuem diretamente com a demanda por bens produzidos internamente. Novamente, os itens que estão entre parênteses representam os gastos autônomos totais na economia.

A fração na Equação 22-12 é o multiplicador complexo. Lembre-se de que o multiplicador simples era  $1/MPS$ . Os termos no multiplicador complexo são os seguintes:  $s$  é a propensão marginal a poupar ( $1 - b$ ),  $bt$  é a propensão marginal a consumir multiplicada pela propensão marginal à taxação,  $m$  é a propensão marginal a importar e  $z$  é a propensão marginal a investir. Observe que todos os termos no denominador são positivos, com exceção de  $z$ . Concluímos que o multiplicador será menor quanto maiores forem a propensão marginal a poupar, a propensão marginal à taxação e a propensão marginal a importar. O motivo é que a poupança, os impostos e as importações são perdas do fluxo da renda que ocorrem quando a renda aumenta. O multiplicador complexo será maior quanto maior for a propensão marginal a investir,  $z$ , ou quanto maior for o aumento no investimento resultante do crescimento da renda. Multiplicando-se os gastos líquidos autônomos pelo valor do multiplicador complexo, determinamos o equilíbrio de renda total,  $Y$ . Você pode testar seu entendimento sobre o modelo apurando o impacto de várias modificações nos termos da equação sobre o valor de  $Y$ .

A matemática de Samuelson sobre a determinação da renda ajudou a esclarecer as complexidades do sistema keynesiano. Outros economistas construíram modelos similares em que aumentaram o número de equações e inseriram valores estimados. Conforme indicamos no Capítulo 18, esses modelos econométricos são utilizados para prever mudanças na renda nacional.

A álgebra de Samuelson também demonstrou que os multiplicadores complexos são menores que aqueles baseados unicamente na propensão marginal a poupar. Nos modelos econométricos keynesianos atuais, por exemplo, o multiplicador dos gastos varia entre 2,2 e 2,7.

### A curva de Phillips

Lembre-se de que Lerner havia identificado a possibilidade de inflação prematura ou inflação que ocorreria antes de a economia atingir “o pleno emprego”. Em 1958, A. W. Phillips, da London School of Economics, apresentou alguns dados mostrando a relação entre o desemprego e o nível de mudança nas taxas salariais no Reino Unido durante os anos de 1861 a 1957. Sua representação gráfica dos dados ficou conhecida como curva de Phillips. Em 1960, Samuelson e Robert Solow delinearão graficamente o diagrama de Phillips para os Estados Unidos, a partir do qual puderam fazer uma estimativa aproximada da curva de Phillips envolvendo a economia em 1960 (Figura 22-4). Eles escreveram:

Tudo isso é mostrado em nossa modificação do nível de preços da curva de Phillips [Figura 22-4]. O ponto *A*, correspondendo à estabilidade de preços, é considerado como envolvendo aproximadamente 5,5% de desemprego, enquanto o ponto *B*, correspondendo a 3% de desemprego, é visto como envolvendo um aumento de preços de aproximadamente 4,5% ao ano. (...) Não entramos aqui na importante questão de quais reformas institucionais poderiam ser introduzidas para reduzir o grau de desarmonia entre o pleno emprego e a estabilidade de preços. Isso poderia envolver problemas amplos como, por exemplo, controles diretos de preços e salários, legislação anti-sindicalista e antitruste e várias outras medidas desenvolvidas para deslocar a curva americana de Phillips para a esquerda e para baixo<sup>7</sup>.

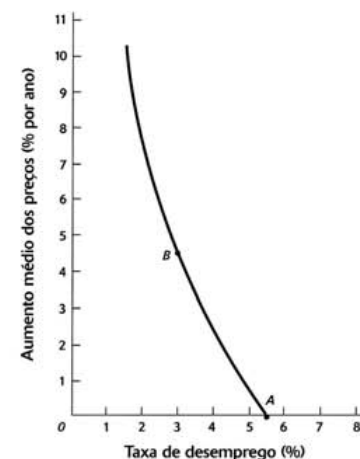


Figura 22-4 A curva de Phillips de Samuelson-Solow para os Estados Unidos, 1960

Escrevendo em 1960, Samuelson e Solow afirmaram: “Essa curva mostra as várias opções entre diferentes graus de desemprego e estabilidade de preços, conforme estimado a partir dos últimos 25 anos de dados americanos”.

Certa vez, Samuelson referiu-se à curva de Phillips como o conceito mais importante da nossa época. Qual é a sua principal lógica econômica? Qual ponto da curva deveria ser assumido como meta da sociedade? Quais políticas poderiam deslocar a curva internamente? Essa curva é estável ao longo do tempo? O que causou os pontos de dispersão nos anos 1970 para o alto e para a direita nessa curva? É possível que a curva de Phillips a longo prazo seja perfeitamente vertical? Essas e outras questões tornaram-se o principal foco da análise macroeconômica durante as décadas de 1960 e 1970.

### Outras contribuições

Samuelson, sozinho ou com outros, desenvolveu uma superabundância de idéias adicionais de grande importância para a economia. A lista a seguir está longe de ser completa:

7. Paul A. Samuelson e Robert M. Solow. Analytical aspects of anti-inflation policy. *American Economic Review* n. 50 n. 192-193, maio de 1960

- **Estática comparativa.** A teoria econômica baseia-se na idéia de equilíbrio. Dado um conjunto de forças, assim como nos modelos de oferta e demanda, será alcançado um estado em que não exista nenhuma tendência de mudança. Essa é uma posição estática. Quando permitimos que as forças mudem — por exemplo, a renda das pessoas —, então temos uma situação dinâmica. Consequentemente, um novo equilíbrio é alcançado. O método estático comparativo de Samuelson compara dois estados de equilíbrio sem considerar a forma de ajuste. Ele estava bem-informado em 1947 quando formulou a abordagem da estática comparativa de que uma importante parte do problema havia sido deixada de lado — o conhecimento da forma de ajuste. Mas a abordagem da estática comparativa permite que se façam inferências sobre a forma de ajuste.
- **Teoria da preferência revelada.** Ao desenvolver um mapa de indiferenças a partir do qual uma curva da demanda foi derivada, Hicks e outros postularam que um consumidor é capaz de estabelecer as preferências entre todas as combinações possíveis de duas mercadorias. Samuelson substituiu uma abordagem alternativa que não exige que o consumidor seja capaz de providenciar informações sobre suas preferências. A abordagem permite ao teórico reconstruir curvas de indiferenças simplesmente observando o comportamento de compra real do consumidor em diferentes preços.
- **Teoria dos mercados eficientes.** Junto com outros, Samuelson desenvolveu a noção de que “os preços antecipados adequadamente flutuam aleatoriamente”. Essa idéia tem sido chamada de *a teoria dos mercados eficientes*<sup>8</sup>. Um mercado financeiro eficiente é aquele em que todas as informações novas são prontamente entendidas e rapidamente incorporadas ao mercado de preços. Assim, qualquer preço de mercado existente — por exemplo, o preço de uma ação da IBM — já está baseado em todas as informações disponíveis. Qualquer mudança subsequente no preço do ativo não estará relacionada a informações já existentes ou à mudança nos preços antigos. Uma importante implicação dessa teoria é que, como especulador a distância: “Você não pode superar o mercado. Não há lucros fáceis”<sup>9</sup>.
- **Teoria da equalização dos preços dos fatores.** Os economistas clássicos reconheceram que os fatores de produção fluiriam para áreas em que pudessem comandar os preços mais altos. Samuelson proporcionou uma prova matemática para mostrar que a mobilidade dos produtos — comprar e vender produtos em regiões ou países diferentes de onde foram produzidos — é um substituto para o fator mobilidade nas diferenças decrescentes nos salários e nos preços de outros fatores. Outros colaboradores para essa idéia foram Abba Lerner e Bertil Ohlin.
- **Teoria dos gastos públicos.** Junto com Wicksell, Erik Lindahl e Richard Musgrave, Samuelson é um dos principais colaboradores para a teoria dos gastos públicos. Ele definiu um bem público como “aquele que traz utilidade para duas ou mais pessoas”. A idéia é que os bens públicos possuem *externalidades de consumo* — seus benefícios são indivisíveis. Observado de forma

8. Outro importante colaborador para essa idéia foi Franco Modigliani.

9. Paul Samuelson e William D. Nordhaus. *Economics*. 12. ed. Nova York: McGraw-Hill, 1985, p. 288.

diversa, o custo marginal de se oferecer o benefício a consumidores adicionais seria zero, e seria impossível impedir os usuários não-pagantes de receber o benefício. Como os consumidores receberão o benefício de um bem público independentemente de pagar ou não por ele, os possíveis compradores não terão nenhuma motivação para revelar suas verdadeiras preferências. Consequentemente, a demanda do mercado será insuficiente para oferecer aos produtores a receita adequada para cobrir seus custos. Resumindo, o mercado não perceberá que oferece bens para os quais o benefício marginal social excede o custo marginal social.

De que forma a quantidade ideal de um bem público poderia ser determinada, pelo menos na teoria? Samuelson e outros responderam a essa pergunta desenvolvendo as idéias que compõem a Figura 22-5. Imagine que haja somente dois consumidores, Avery e Baker, cujas curvas da demanda para um determinado bem sejam  $D_a$  e  $D_b$ . Essas curvas são *curvas de pseudo-demanda*, porque esses consumidores não as revelam ao mercado. A curva de pseudo-demanda para todo o mercado é  $D$ . Ela é derivada da soma vertical de  $D_a$  e  $D_b$ , em vez da soma horizontal, como no caso dos bens privados. Avery e Baker consomem o total de bens públicos, e o preço associado que estão dispostos a pagar por ele é a soma dos totais que *cada* um está disposto a pagar.

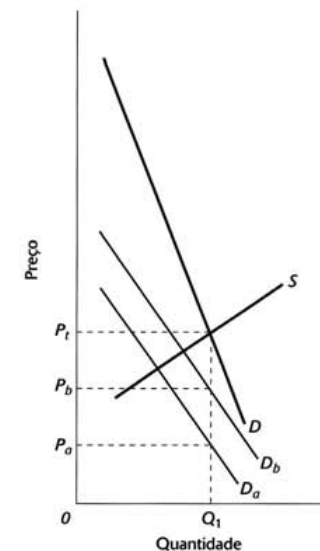


Figura 22-5 A quantidade ideal de um bem público

Embora a curva da demanda de um bem público ( $D$ ) não se revele no mercado, podemos encontrá-la teoricamente pela soma vertical das curvas que representam o quanto os indivíduos estão dispostos a pagar (aqui  $D_a$  e  $D_b$ ) em cada quantidade. A quantidade ideal do bem público representada é  $Q_1$  porque, nessa produção, o benefício marginal social (mostrado pelo ponto relevante em  $D$ ) é igual ao custo marginal social (mostrado



O total ideal do bem público ( $Q_i$ ) é determinado pela interseção das curvas da demanda e oferta de mercado,  $D$  e  $S$ . O preço que cobrirá os custos é  $P_i$ , que é a soma dos preços de  $P_a$  e  $P_b$ . A quantidade  $Q_i$  é ideal do ponto de vista do bem-estar social, porque o benefício marginal social (mostrado pelo ponto relevante em  $D$ ) é igual ao custo marginal social (mostrado pelo ponto relevante em  $S$ ). O governo, portanto, deve oferecer  $Q_i$  unidades do bem público.

## OS PÓS-KEYNESIANOS

Graças a Samuelson e a outros, a economia atual incluiu os princípios keynesianos da macroeconomia transplantados nos princípios neoclássicos da microeconomia. Nem todos os alunos de Keynes aceitaram essa *síntese neoclássica*. Alguns negaram a interpretação de Keynes sobre o modelo *IS-LM* e a microeconomia padrão. Entre esses críticos pós-keynesianos estava um grupo de economistas em Cambridge, na Inglaterra, incluindo Piero Sraffa (Capítulo 17), Nicolas Kaldor (1908-1986), Joan Robinson (Capítulo 17) e Luigi Pasinetti (1930-). John K. Galbraith (Capítulo 19), Sydney Weintraub (1914-1983) e uma gama de outros economistas contribuíram para essa escola do pensamento nos Estados Unidos. Muitos desses pós-keynesianos se basearam no trabalho do economista polonês Michal Kalecki (1899-1970), que em 1933 ofereceu uma teoria do emprego pleno “como Keynes” antes de *The general theory*. Pesquisas feitas por estudantes pós-keynesianos modernos podem ser encontradas no *Journal of Post-Keynesian Economics*.

## Principais dogmas

Os pós-keynesianos são um grupo pequeno e distinto de economistas. Algumas das idéias de cada indivíduo nesse paradigma diferem daquelas expressas por outros. No entanto, podemos discernir vários dogmas básicos desse conjunto de idéias.

- Visão neo-ricardiana sobre produção, valor e distribuição. Em 1960, Piero Sraffa publicou *Production of commodities by means of commodities: A prelude to a critique of economic theory*, que reconstruiu a teoria de Ricardo sobre produção e valor de uma forma moderna. De acordo com Sraffa, o padrão de demanda de vários produtos não afeta o padrão dos preços, afetando apenas a escala de produção em cada mercado. Os valores reais (preços) dos bens dependem das parcelas de outras mercadorias necessárias para produzi-los. Os valores relativos (preços) e os lucros (se os salários forem determinados) são estabelecidos pelas técnicas de produção utilizadas para produzir uma mercadoria padrão composta que consista nas mercadorias básicas na economia. Essas mercadorias básicas são bens que entram na produção de todas as outras mercadorias. São essencialmente bens de “capital” que aparecem como entradas e saídas. A principal característica da mercadoria padrão composta é que uma mudança nos salários e nos lucros afeta as entradas exatamente da mesma forma que afeta as saídas. Assim, dizia Sraffa, a mercadoria padrão composta é a medida invariável de Ricardo do valor ou dos preços relativos.

De particular importância à discussão atual, a teoria de Sraffa produziu uma nova conclusão: o nível de produção interna é totalmente independente da forma como ela é distribuída entre salários e lucros. Qualquer distribuição de salários e lucros é consistente com um nível privado de produção.

Robinson e outros pós-keynesianos expandiram o tema não-convencional de Sraffa. A distribuição real de renda entre salários e lucros, diziam eles, dependerá da luta de classes, das políticas públicas que alteram a distribuição e da taxa de investimento (taxas maiores aumentando a divisão de lucros). Robinson argumentava que é desejável e possível que a sociedade controle a distribuição de renda. Isso pode ser feito pela socialização de investimentos, pela propriedade pública dos meios de produção ou pelas políticas de renda (políticas do governo para controlar salários e preços). Robinson acreditava que essas políticas estão firmemente enraizadas na interpretação correta de *The general theory* de Keynes. A esse respeito, ela se auto-denominou “a ala esquerda keynesiana”. Ela escreveu:

Você poderia dizer que sou o arquétipo da ala esquerda keynesiana. Eu estava tirando conclusões muito radicais de *The general theory* muito antes de sua publicação (eu estava na posição privilegiada de ser de um grupo de amigos que trabalhou com Keynes enquanto a obra estava sendo escrita). Assim, fui a primeira a cair no rótulo de “a ala esquerda keynesiana”. Além disso, represento hoje uma grande porcentagem dessa ala, porque grande parte dela se dispersou<sup>10</sup>.

- Marcação de preços. Os preços são definidos por corporações oligopólicas. Essas empresas financiam investimentos a partir dos lucros mantidos. Para obter os níveis desejados de lucro e, assim, realizar os planos de investimentos, os oligopólios definem preços acima dos custos atuais. Os preços, então,

não refletem as condições normais de demanda, mas as exigências dos fundos para os gastos com investimentos planejados que a empresa considerar necessários, caso tenha de ajustar sua capacidade a um nível suficiente a fim de atender à demanda futura esperada<sup>11</sup>.

Quando os custos aumentam, as empresas elevam os preços para manter a marcação sobre os custos.

- Dinheiro endógeno. Contrários à opinião mantida por Fisher (Capítulo 16) e Friedman (Capítulo 24), os pós-keynesianos consideravam a reserva de moeda como essencialmente endógena à economia, que muda em resposta às alterações no nível dos salários. As necessidades do mercado ditam a oferta de moeda. O próprio Keynes apontava que o dinheiro “chega junto com dívidas”.

A inflação surge da disputa sobre as participações da distribuição de renda. Os aumentos de salário fazem com que os custos de produção subam, criando uma maior demanda por parte das empresas para criar capital, a fim de financiar seus bens-em-andamento mais caros e seus estoques. Assim, os empréstimos comerciais aumentam e a reserva de moeda diminui.

10. Joan Robinson. *Collected economic papers*. Cambridge, MA: MIT Press, 1980, v. 4, p. 264, 5 v.

11. Peter Kenyon. *Pricing. A guide to post-Keynesian economics*. Ed. Alfred S. Eichner. White Plains, NY:

- Instabilidade cíclica pronunciada. A economia é inerentemente instável. O investimento deve crescer o suficiente para manter a renda nacional e o crescimento da produção a uma taxa instável. Devido aos períodos de alternância no ambiente de otimismo e pessimismo no ambiente de negócios, isso não ocorre com frequência. Quando o investimento é menor que o necessário para manter a taxa de crescimento estável, a economia retrocede e o desemprego aumenta.
- Necessidade de uma política de renda. A “luta de classes” por participações na renda e a marcação de preços pelos oligopólios necessitam de uma política de rendas permanente:

Se há talvez um ponto com o qual os economistas pós-keynesianos provavelmente concordem é que a inflação não pode ser controlada por meio de instrumentos convencionais de política fiscal e monetária. Isso porque eles consideram a inflação como resultado não necessariamente de qualquer “demanda em excesso” por bens, mas de um conflito mais fundamental sobre a distribuição da renda e da produção disponíveis. Os instrumentos de política convencional, restringindo o nível de atividade econômica, simplesmente reduzem o total de renda e de produção disponíveis para distribuição, reforçando, assim, o conflito social que é a base do processo inflacionário. (...) É por esse motivo que os economistas pós-keynesianos, em vez de perguntar se uma política de renda é necessária, preferiram questionar como uma política de renda pode ser feita de modo a funcionar eficiente e equitativamente<sup>12</sup>.

## OS NOVOS KEYNESIANOS

A maioria dos keynesianos modernos rejeita a teoria do valor neo-ricardiana dos pós-keynesianos. Rejeitam, também, o apelo dos pós-keynesianos às políticas de renda, citando a equivocada alocação de recursos resultante dessas políticas e o sucesso histórico insatisfatório dos controles de preços e salários no processo de redução da inflação<sup>13</sup>.

### Preços decrescentes e inflexibilidade salarial

Os macroeconomistas keynesianos modernos seguiram uma linha mais limitada de pesquisa do que os pós-keynesianos. Os teóricos do novo keynesianismo concentraram novamente a sua atenção na tradicional questão keynesiana sobre os motivos da recessão. Sua resposta é que as quedas na demanda agregada produzem redução na produção real e aumento correspondente no nível de desemprego, porque o nível do preço e os salários nominais são inflexivelmente decrescentes. A importância desse preço decrescente e da fixação salarial é demonstrada na Figura 22-6.

Para ilustrar, vamos primeiramente imaginar que os preços e os salários nominais sejam perfeitamente flexíveis. Suponhamos também que a demanda agregada caia de  $AD_1$  para  $AD_2$  e que a oferta agregada permaneça em  $AS_1$ . O nível de preço, portanto, cairá de  $P_1$  em  $a$  para  $P_2$  em  $b$ , e a produção real cairá temporariamente do nível  $Q_f$  de emprego pleno para um nível  $Q_1$  de produção menor que a do emprego. Esse nível de preço mais baixo e maior desemprego permitirá que os produtores reduzam os salários nominais, de modo a deixar o salário real inalterado. À medida que os salários nominais caírem, a curva da oferta agregada vai se deslocar para

12. Eichner, op. cit., p. 17-18.

13. Veja Allan Blinder. *Economic policy and the great stagflation*. Nova York: Academic Press, 1979. Capítulo 6.

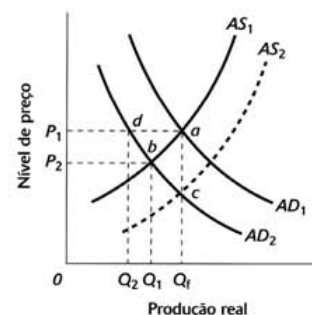


Figura 22-6 Novo keynesianismo: Preços e salários inflexíveis

De acordo com os novos keynesianos, fatores como custos de menu, contratos formais e implícitos, salários de eficiência e relações “insiders/outsiders” criam inflexibilidade decrescente de preços e salários. Consequentemente, uma redução na demanda agregada, como de  $AD_1$  para  $AD_2$ , desloca a economia de  $a$  para  $d$ , e não de  $a$  para  $b$  para  $c$ , como previa a macroeconomia clássica e a neoclássica. Podem ocorrer baixa produção e alto desemprego constantes, e não um deslocamento automático para a direita da curva da oferta agregada, a menos que o governo empreenda uma política fiscal e monetária expansiva para aumentar a demanda agregada.

a direita, de  $AS_1$  para a linha pontilhada  $AS_2$ . Na interseção  $c$  da demanda agregada  $AD_2$  com a oferta agregada  $AS_2$ , a produção real volta a  $Q_f$  e a recessão automaticamente acaba. Esse processo simplesmente descreve as visões clássica e neoclássica (Capítulo 24). A economia é auto-corretiva e, portanto, as políticas de estabilização do governo são desnecessárias.

Mas os novos keynesianos enfatizam que o cenário é bem diferente se o preços e os salários nominais são, durante um tempo, inflexivelmente decrescentes. Em vez de deslocar a economia rapidamente de  $a$  para  $b$  para  $c$ , uma queda na demanda agregada de  $AD_1$  para  $AD_2$  deslocará a economia de  $a$  para  $d$ , e a produção real cairá de  $Q_f$  para  $Q_1$ . Como os salários são inflexivelmente decrescentes, o desemprego associado à produção real  $Q_1$  persistirá até que a demanda agregada volte a  $AD_1$ . A política fiscal e monetária ativa pode ser necessária para efetivar essa mudança para a direita da curva da demanda agregada.

Economistas neo-keynesianos, como Joseph Stiglitz, de Stanford, Oliver Blanchard, de Harvard, Stanley Fisher, do MIT, George Akerlof, de Califórnia-Berkeley, Assar Lindbeck, da Universidade de Estocolmo e Robert Gordon, de Northwestern, ofereceram várias explicações possíveis para o preço decrescente e a inflexibilidade salarial.

**Custos de menu.** Algumas empresas precisam contrair custos quando diminuem preços: por exemplo, um restaurante deve imprimir um novo menu. Da mesma forma, outras empresas estabelecem e imprimem novas listas de preços; comunicam os preços reduzidos aos clientes, talvez por meio de novas propagandas; imprimem e postam novos catálogos e colocam os novos preços nas mercadorias em estoque. Quando os custos de menus como esses são altos, as empresas às vezes relutam em diminuir seus preços, mesmo quando se deparam com queda na demanda. Além disso, as empresas nos mercados oligopolistas podem ter uma preocupação de que a redução de um preço unilateral pode estabelecer reduções mais profundas da concorrência.

Assim, quando a demanda agregada na economia diminui, os preços (pelo menos durante um tempo) podem permanecer fixos enquanto a produção e o nível de emprego caem<sup>14</sup>.

**Contratos formais e implícitos.** Os novos keynesianos afirmam que os sindicatos geralmente assinam contratos de longo prazo que contêm aumentos de salários nominais embutidos. As reduções salariais simplesmente não são uma opção quando ocorrem quedas inesperadas na demanda agregada. Em vez disso, as empresas demitem seus funcionários. Mesmo quando os contratos estão sendo negociados, os sindicatos geralmente resistem com vigor a “permutas” salariais. Os líderes sindicais, eleitos pela maioria dos associados, normalmente preferem a demissão de poucos à redução salarial para muitos.

Embora muitos trabalhadores não-sindicalizados não trabalhem sob contratos formais ou explícitos, eles podem operar sob contratos implícitos, que são contratos informais<sup>15</sup>. Um acordo comum pode fazer com que as empresas mantenham os salários nominais já existentes durante os períodos de queda da demanda pelo produto. Esse “seguro” contra reduções salariais pode beneficiar as empresas, permitindo-lhes atrair trabalhadores mais qualificados que exigem menos supervisão. Em troca da garantia contra reduções salariais, os trabalhadores comprometem-se a não se opor ao direito da empresa de demitir funcionários em resposta a quedas na demanda de produtos.

Se os contratos formais e implícitos permeiam o local de trabalho, as quedas nos salários não são prováveis quando a demanda agregada diminui. Nos termos da Figura 22-6, a economia passa do ponto *a* para *d*, e ocorre a recessão.

**Salários de eficiência.** Um salário de eficiência é um salário de ajuste acima do nível do mercado que minimiza o custo salarial de um funcionário por unidade efetiva de serviço empregado. Normalmente, acharíamos que o salário de mercado é o salário de eficiência. Mas, quando os custos da supervisão e monitoramento dos trabalhadores são altos, ou quando a rotatividade de empregados é grande, as empresas descobrem que um salário acima do mercado diminuirá os custos com mão-de-obra. Os salários mais altos aumentam o valor do trabalho na visão de cada trabalhador; eles também aumentam o custo da demissão. O preço elevado de estar desempregado ou de uma demissão voluntária resulta em menos rotatividade de empregados, o que aumenta a produtividade.

As empresas que pagam salários de eficiência relutarão em reduzir os salários em resposta às quedas da demanda agregada, porque esses cortes encorajarão o abandono do trabalho e o aumento no número de demissões, desestimulando a produtividade e aumentando os custos das empresas com a mão-de-obra. Resumindo, os cortes nos salários serão autodestrutivos<sup>16</sup>. Dessa maneira, os salários de eficiência podem contribuir para a flexibilidade dos salários decrescentes e para o desemprego cíclico.

14. Para obter mais detalhes sobre custos de menu, consulte N. Gregory Mankiw e David Romer (eds.) *New Keynesian economics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

15. As principais contribuições a essa literatura estão reunidas em Costas Azariadis e Joseph E. Stiglitz. *Implicit contracts and fixed-price equilibria*. *Quarterly Journal of Economics*, n. 98, p. 1-22, suplemento de 1983.

16. Para obter mais informações sobre esse assunto, consulte George A. Akerlof e Janet L. Yellen (eds.). *Efficiency wage models of the labor market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

**Teoria dos insiders-outsiders.** No “modelo insiders-outsiders” de Assar Lindbeck para os salários fixos, “insiders” são os trabalhadores empregados que possuem alguma força de mercado; “outsiders” são os desempregados que são incapazes ou que não estão dispostos a receber salários menores do que os já existentes para obter emprego<sup>17</sup>. Os outsiders podem ser incapazes de receber salários menores porque os empregadores podem considerar muito altos os custos de suas contratações. Os empregadores podem corretamente entender que os demais trabalhadores que têm salários mais altos verão esses trabalhadores de substituição como trabalhadores “ladrões”. Se os insiders com salários mais altos se recusarem a cooperar com os novos trabalhadores com salários menores na produção em equipe, a produção e os lucros das empresas vão sofrer.

Mesmo que as empresas estejam dispostas a admitir outsiders a um salário mais baixo do que o existente, esses desempregados talvez não queiram oferecer seus serviços por menos que o salário existente. Isto é, eles podem rejeitar o ressentimento por parte dos funcionários que têm salários mais altos. Assim, os outsiders podem permanecer desempregados, esperando por um aumento na demanda agregada para serem empregados novamente, em vez de reduzir suas faixas salariais. Os salários, portanto, serão inflexivelmente decrescentes na presença de demanda agregada deficiente e desemprego cíclico.

### Perguntas para estudo e discussão

1. Identifique brevemente e estabeleça a importância de cada um dos seguintes pensadores e conceitos para a história do pensamento econômico: Hansen, Seminário sobre Política Fiscal, análise *IS-LM*, tese da estagnação, finanças compensatórias, finanças compensatórias de Lerner, Samuelson, acelerador, curva de Phillips, teoria da preferência revelada, teoria dos gastos públicos, Sraffa, pós-keynesianos, novos keynesianos, custos de menu, contratos formais e implícitos, salários de eficiência e teoria dos insiders-outsiders.
2. Comente a seguinte afirmação de Keynes: “Eu entendo que Hansen seja conhecido nos Estados Unidos como o Keynes americano; talvez eu pudesse ser conhecido como o Hansen inglês”.
3. O que motivou Hicks e Hansen a desenvolverem a análise *IS-LM*? Explique de que forma a política fiscal poderia ser utilizada para deslocar a curva *IS* para a direita. Explique como a política monetária poderia ser utilizada para deslocar a curva *LM* para a esquerda. O que aconteceria ao equilíbrio da renda e à taxa de juros em cada um dos casos?
4. Como a teoria de Lerner sobre as finanças funcionais (O Passado como Preâmbulo 22-1) está relacionada a esta sua afirmação?

“Obviamente não temos volante”, diz, zangado, um dos ocupantes [do carro] (...) “Imagine que tivéssemos um volante e alguém o segurasse quando atingíssemos o meio-fio! Essa pessoa poderia evitar que a roda voltasse automaticamente e o carro certamente viraria!”

5. De que maneira as reservas de moeda, os impostos e os gastos com importação se assemelham entre si? Explique por que o multiplicador complexo tende a ser menor que o multiplicador simples de Keynes.

17 Assar Lindbeck e Dennis Snower. *The insider-outsider theory of employment and unemployment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

6. Explique por que é necessário somar curvas da demanda individuais *verticalmente* para obter uma curva da demanda total de um bem público, enquanto o procedimento para um bem particular é somá-las *horizontalmente*.
7. Avalie criticamente a seguinte argumentação de Eichner e Kregel: O objetivo da teoria pós-keynesiana é “explicar o mundo real conforme ele é observado empiricamente”, enquanto o objetivo da teoria neoclássica é “demonstrar a otimização social se o mundo real tivesse de se assemelhar ao modelo”.
8. De acordo com os novos keynesianos, por que a economia não é autocorretiva quando se depara com uma queda na demanda agregada?
9. Em quais pontos os novos keynesianos discordam dos pós-keynesianos?

### Leituras selecionadas

#### Livros

- EICHNER, Alfred S. (ed.) *A guide to post-Keynesian economics*. White Plains, NY: M. E. Sharpe, 1979.
- HANSEN, Alvin H. *Business cycle theory: development and present status*. Boston, MA: Ginn & Co., 1927.
- \_\_\_\_\_. *Fiscal policy and business cycles*. Nova York: W. W. Norton, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Full recovery or stagnation?* Nova York: W. W. Norton, 1938.
- \_\_\_\_\_. *A guide to Keynes*. Nova York: McGraw-Hill, 1953.
- LERNER, Abba P. *The economics of control: principles of welfare economics*. Nova York: Macmillan, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Economics of employment*. Nova York: McGraw-Hill, 1951.
- LINDBECK, Assar e SNOWER, Dennis. *The insider-outsider theory of employment and unemployment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- MANKIW, N. Gregory e ROMER, David (eds.). *New Keynesian economics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- SAMUELSON, Paul A. *The collected scientific papers of Paul Samuelson*. Volumes 1 e 2 editados por Joseph E. Stiglitz, v. 3 editado por Robert Merton, v. 4 editado por Hiroki Nagatani e Kate Crowley, v. 5 editado por Kate Crowley. Cambridge, MA: MIT Press, 1966, 1972, 1977, 1986. 5 v.
- \_\_\_\_\_. *Foundations of economic analysis*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1947.
- SRAFFA, Piero. *Production of commodities by means of commodities: prelude to a critique of economic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

#### Artigos em revistas especializadas

- BARBER, William, J. The career of Alvin Hansen in the 1920s and 1930s. A study in intellectual transformation. *History of Political Economy*, n. 19, p. 191-205, verão de 1987.
- COLANDER, David. Was Keynes a Keynesian or a Lernerian? *Journal of Economic Literature*, n. 22, p. 1572-1575, dezembro de 1984.

- GORDON, Robert J. What is new-Keynesian economics? *Journal of Economic Literature*, n. 28, p. 1115-1117, setembro de 1990.
- HICKS, J. R. Mr. Keynes and the classics: a suggested interpretation. *Econometrica*, n. 5, p. 147-159, abril de 1937.
- \_\_\_\_\_. *Quarterly Journal of Economics*, n. 40, fevereiro de 1976. Essa edição contém artigos sobre Hansen escritos por Richard A. Musgrave, Gottfried Haberler, Walter S. Salant, Paul A. Samuelson e James Tobin.
- SAMUELSON, Paul A. A. P. Lerner at sixty. *Review of Economic Studies*, n. 31, p. 169-178, junho de 1964.
- \_\_\_\_\_. Interaction between the multiplier analysis and the principle of acceleration. *Review of Economics and Statistics*, n. 21, p. 75-78, maio de 1939.
- SAMUELSON, Paul A. e SOLOW, Robert M. Analytical aspects of anti-inflation policy. *American Economic Review*, n. 40, p. 177-194, maio de 1960.
- SCITOVSKY, Tibor. Lerner's contributions to economics. *Journal of Economic Literature*, n. 22, p. 1547-1571, dezembro de 1984.